

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 14 de novembro de 2023, antecipada para o dia 13 de novembro de 2023 - Ata n.º 111.

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Marcel Micheletto**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Adão Litro** (na função de 1.º Secretário) e **Cloara** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **111.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos. Convido a Sr.ª 2.ª Secretária a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 110.ª Sessão Ordinária, de 13 de novembro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Ata aprovada. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Sr. 1.º Secretário, Deputado Adão Litro, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Adão Litro – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 180/2023 do Governador do Estado, encaminhando para

apreciação da Assembleia Legislativa o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 941/2023)**, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município e São Pedro do Iguaçu, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 181/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 942/2023)**, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Diamante do Norte, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 182/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 943/2023)** que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, a efetuar a doação, ao município de Diamante do Norte, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 183/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 944 /2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Presidente Castelo Branco, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 184/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 945/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Maringá, do imóvel que especifica.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro Deputado inscrito, Luiz Carlos Romanelli. Luiz Claudio, isso mesmo! Desculpe-me, meu querido Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Estou acostumado, Presidente. Prezado Presidente Marcel Micheletto, prezada Deputada Cloara e Deputado Adão Litro, vim à tribuna após apelos que recebi do Deputado Requião Filho e do Líder Hussein Bakri. Por isso que acabei por vir à tribuna. Venho trazer um tema, Ex.^{as}, da maior importância. Esta Casa aqui tem que exercer protagonismo. Tenho chamado a atenção da necessidade de trazermos os temas, que são os temas relevantes da sociedade paranaense. E nesse sentido, tenho que reconhecer que muitas Parlamentares e Parlamentares aqui têm elevado aqui o nível do debate, trazendo os temas que são atuais da sociedade paranaense. Quero falar, senhoras e senhores, muito objetivamente de uma audiência pública promovida

pela Socipar, que é a Sociedade Civil Organizada do Paraná, especialmente da região noroeste do Paraná, que promoveu uma audiência pública, em Maringá, para lançar uma campanha que “*Sem duplicação, não ao Pedágio de Guairaçá*”. Muitos que não são da região vão me perguntar: o que é isso, Romanelli? Eu explico. Quando foi feita essa modelagem do pedágio na parte de engenharia foi feito o lote quatro. O lote quatro começa em Jataizinho, aliás, melhor dizendo de Cornélio Procópio, vai até Guaíra e vai até Nova Londrina. É o tamanho do lote quatro. Há um trecho de rodovia entre Paranavaí e Nova Londrina, são cerca de 74 quilômetros, onde ficou excluída a possibilidade da duplicação. E nós temos um projeto que estamos trabalhando que é para construir uma nova ponte sobre o Rio Paraná, ligando o Mato Grosso do Sul até Taquaruçu. Inclusive para essa Audiência Pública veio um Deputado Estadual do Mato Grosso do Sul, Roberto Hashioka, participar com Prefeitos do Mato Grosso do Sul, pela importância estratégica dessa obra. Ora, senhoras e senhores, o que aconteceu? O que é o relevante nisso tudo? É que os empresários lá da região do Noroeste colocaram a mão no bolso e contrataram a empresa Perplan, que foi a mesma empresa que fez a contagem de veículos para o Governo Federal, para a EPL, em 2019. E qual foi a constatação? Vou explicar para os senhores muito objetivamente. Na contagem feita nos pontos 1 e 2 de Guairaçá, em 2019, o Governo Federal chegou ao número de 4.680 veículos. Esse é o VDMA. VDMA, para quem não sabe, é Volume Diário Médio. E quando é no caso dos veículos, no VDMA que é o equivalente, o número de eixos que você multiplica. O que acontece na verdade? Naquele momento se encontrou um número, olha, vejam bem, prestem bem atenção, de 4.680 VDMA, veículos, e 11.770 eixos que cruzaram por aquele trecho de rodovia na média diária, no volume diário. É visível que estava errada essa conta. Foi feita uma nova avaliação. Foi feita uma avaliação em fevereiro de 2022, onde se constatou que, ao invés de 4.680 veículos, nós teríamos 7.878 veículos, sendo o equivalente a 23.368 VDMS, ou seja, de 11.770 para 23.770, mais do que o dobro. O Governo Federal, a ANTT, descredenciaram esse estudo dizendo que esse era um trecho atípico, que era período de safra, que isso não valia a contagem. Pois bem, fizeram os gráficos, mostraram o seguinte: Olha, o

mês de setembro não tem sazonalidade, é um mês típico que dá para fazer uma contagem e você vai constatar o número... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Vossa Excelência, Deputado, vai usar o horário da Liderança?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Sim, senhor, vou usar o horário da Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): À disposição.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Foi feita a contagem daí utilizando como parâmetro o início do mês de setembro, conforme recomendado pela mesma empresa que fez os estudos em 2019 e 2022, que é a Perplan. E qual foi a constatação? Constatou-se 8.442 veículos, equivalente a 23.351 VDMAs, ou seja, confirmou que está subavaliado o tráfego. E com isso se justifica a duplicação da rodovia pela questão técnica desse trecho de rodovia. O Governo Federal continua insistindo em não fazer essa duplicação, como também insistiam. Eu estou trazendo isso na tribuna porque nós vamos realizar uma Audiência Pública, aqui na Assembleia, para tratar especificamente dessa duplicação. Mas, Deputado Gugu Bueno, o senhor é Presidente da Comissão de Obras, V.Ex.^a, depois que aqui foi extinta a Frente Parlamentar sobre o pedágio, assumiu a incumbência de debater o tema do pedágio. O senhor deve ter lido os jornais da semana passada e viu que o Governo Federal suspendeu os novos leilões de rodovia no Paraná. Por quê? Suspendeu porque os leilões não têm interessados. O primeiro leilão teve um desconto razoável, 18,25%, foi um bom desconto. O segundo leilão, que participou só uma empresa, que era aquela que tinha sido derrotada no lote 1, no lote 2, a empresa deu um desconto de 0,08%. Ou seja, infelizmente, ficamos com a tarifa cheia de referência, que vai voltar, como todos sabem, no caso da praça de São José dos Pinhais, para o veículo de transporte, com um preço mais caro do que era anteriormente. Infelizmente é uma constatação. Só para os senhores saberem. Eu estou dizendo isso por quê? Porque o Governo Federal já postergou para setembro, outubro do ano que vem, porque tem que reavaliar a modelagem. Já disse que a modelagem está

fracassada, não está atraindo as empresas para participar do leilão, não tem empresas, as empresas não estão indo participar do leilão, porque a modelagem não está adequada, ela tem que ser revista, e nós cansamos de alertar que isso poderia acontecer. Agora, qual é o problema que nós temos? Nós temos, por exemplo, nós estamos insistindo que o Governo Federal tem que fazer a recontagem de veículos de todos os pontos da rodovia. Por quê? Porque isso, minha gente, incentiva a participação. Tem que rever os lotes, tem que rever os cronogramas de implantação das obras, tem que fazer uma revisão da modelagem para poder atrair empresas interessadas. O Paraná, reconheçamos aqui, está vivendo um caos na sua infraestrutura. Olha, senhoras e senhores, quem está diariamente nas estradas aqui sabe muito bem do que eu estou falando. Nós dobramos o número de veículos, de caminhões. Nós estamos sem fiscalização da PRF. Nós estamos também com baixo efetivo na Polícia Rodoviária Estadual. Nós estamos sem radares funcionando nas estradas, caminhões bitrens já estão apostando corrida, eles correm, descem a serra, andam na 376 a 120, 130 por hora, ultrapassam pela esquerda, pela direita. É só ir daqui a Ponta Grossa e voltar, ou coisa que o valha, para o Litoral, é um acidente atrás do outro, são carretas tombando. Até quando? Até quando nós vamos fazer de conta que não temos um problema grave?

Deputado Moacyr Fadel (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Cada vez de entrar ou sair de Curitiba para ir para Campo Largo, para São Luiz do Purunã, toda hora está o caos. Nós estamos com o caos instalado e fazemos de conta que não temos o problema? Estamos fazendo de conta que não existe um problema grave que tem que ser enfrentado. Olha, minha gente, o problema é complexo. Não se resolve, claro, em um passe de mágica, mas temos que fazer alguma coisa. Imagina, vamos ter agora, tivemos o lote 1 e 2, provavelmente a partir de 1.º de janeiro esses trechos de rodovias vão ter concessionária no trecho, provavelmente, creio eu que deva acontecer isso, porque envolve o Litoral. O Litoral aqui agora sem de fato ter uma solução, olha o caos. Nós temos que ter inclusive... A bancada federal está estudando de fazer, inclusive, um novo traçado. Nós temos que ter

uma nova rodovia para o Litoral. Essa que nós temos sozinha não resolve. Santos já tem quatro acessos para o Litoral, estamos com uma só, e sem controle, não temos fiscalização mais. Alguém falou sobre radar aqui hoje. Eu apresentei aqui na Assembleia um Projeto de Lei que quer revogar uma Lei do Governo Requião que exigia que as empresas que fossem operar radar não podia ser privada, tinha que só o público operar radar em estrada. Minha gente, temos que poder colocar radar nas estradas. É claro que a empresa não vai ficar ganhando por multa gerada, mas tem que ter radar para poder segurar o trânsito, tem que fiscalizar o tacógrafo dos caminhões, tem que aplicar os equipamentos. Porque houve aí, vocês sabem muito bem, houve um libera geral do ponto de vista das estradas. Qual é o resultado? Não tem mais controle nas rodovias, é uma carnificina, é morte, são mortes sistematicamente, assustador, o risco que tem. Todos aqui vivem na estrada, sabem muito bem do que eu estou falando. Por isso, temos que agir, não dá para fazer de conta.

Deputado Moacyr Fadel (PSD): Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado Fadel, por favor.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Romanelli, aqui, também.

Deputado Moacyr Fadel (PSD): Duas coisas só que discordo de V.Ex.^a: primeiro, colocar os radares; segundo, é que aqui tem Infra, não é? Eu achei que estávamos resolvidos, porque aonde vai tem Infra, e eu ando nas estradas também, não sei por onde que você anda.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Excelência, vou dar um exemplo. Aquele trevo que está sendo feito, aquele acesso, acesso Norte de Castro, na madrugada de sábado para domingo tinha uma carreta tombada. Sabe por quê? Porque a empresa que está fazendo a obra ali não sinalizou - ainda hoje foi falado sobre isso -, não está sinalizado. A carreta entrou em um desvio que tem e tombou a carreta. O fato é grave. Não tem controle nas estradas, está a Deus dar as nossas estradas. Essa que é a verdade. Esse é um problema grave que temos que enfrentar. Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Romanelli, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento em relação ao que estamos passando nas estradas em relação aos acidentes, aos caminhões e tudo. E quero ressaltar mais uma coisa. Existe uma verdadeira epidemia de acidentes por causa do celular e isso também não vem sendo fiscalizado. Temos problemas, acidentes gravíssimos que não tem explicação se não for o uso de um aparelho por parte de quem está conduzindo um veículo. O que V.Ex.^a fala, comentando dos tacógrafos, há muito tempo percebemos que não há mais nada em relação a isso. Então, as estradas estão fazendo muitas vítimas. As empresas que estão fazendo obras, infelizmente, empresas despreparadas, algumas delas não fazem o que o protocolo pede da sinalização e quem está pagando é o povo com suas vidas. Então, vale a pena nos reunirmos aqui, fazermos o encaminhamento para o Governo Federal também, para a Polícia Federal, para o próprio DER, enfim, para todos os atores, para que possamos ter no Paraná uma atenção especial para esse problema que V.Ex.^a traz aqui, hoje, na tribuna da Assembleia.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Perfeito, Deputado. Quero concluir dizendo a V.Ex.^a o seguinte: não vivo em bolha de Internet. Não sou Deputado com debate ideológico. Vivo no mundo real, onde vivem as pessoas. E no mundo real está morrendo muita gente, tem muita gente ficando ferida. Estamos com o dobro do fluxo de veículos que tínhamos anteriormente. Está quase impossível ir para Guarapuava, para Cascavel, para o Sudoeste do Paraná, porque não temos infraestrutura. O fato é muito grave. Gravíssimo. E estamos com um problema grave que temos que discutir com o Governo Federal como é que vão ficar essas licitações, porque o Governo Federal anunciou que só para setembro ou outubro do ano que vem é que se retomam as licitações das rodovias do Paraná. O que reconheçamos, minha gente, é inaceitável. Temos que ter solução urgente para os problemas que estamos vivendo. É isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Quero aqui, em nome do Deputado Gugu Bueno, agradecer a presença do Prefeito de Três Barras do Paraná, foi Prefeito comigo, Gerson Gusso, e do Vereador Maninho Bissoto. Sejam muito bem-vindos aqui à Casa. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) **(46 Parlamentares)**; **Deputados ausentes com justificativa:** Batatinha (MDB), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno e Denian Couto (PODE), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno **(2 Parlamentares)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Gilberto Ribeiro (PL), Mabel Canto (PSDB) e Matheus Vermelho (UNIÃO) **(6 Parlamentares).**]

Não temos nenhum Projeto de Apoioamento.

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 824/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1927/2023, que altera o art. 40 e anexos da Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 846/2023, de autoria do Deputado Adão Litro, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Robson Gilson Tedesco.

Em discussão. Em votação. Liderança do Governo, como pede o voto?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É simbólico. Então, “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Simbólico. Seguimos em frente. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 3 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 702/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 129/2023, que institui o Programa Bombeiro Integrado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Como vota a Oposição, Deputado Requião? Em votação.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Encerrada a votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, registre o meu voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Registrado, Arilson. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (41 Deputados); **Não Votaram:**

Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Marcel Micheletto e Matheus Vermelho (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral. Aprovado** com o voto do Deputado Arilson, 42 votos.

Os Itens 4, 5, 6 e 7 vamos votar agrupados, por serem matérias correlatas.

ITEM 4 - 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 410/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri, (anexo o Projeto de Lei n.º 620/2023, do Deputado Gugu Bueno) que concede o título de Utilidade Pública ao Handebol Clube Corbélia, com sede no município de Corbélia. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 590/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de Utilidade Pública à Casa de Apoio Madre Maria Gertrudes - União da Vitória, com sede no município de Londrina. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 762/2023, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Antônio Vieira, com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 - 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 883/2023, de autoria do Deputado Luis Raimundo Corti, que concede o título de Terra dos Lagos do Iguaçu ao município de São Jorge D'oeste. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em votação. Deputados Bazana, Anibelli, Ana Júlia, Tito, Evandro, Fabio, Marcio, Moacyr Fadel e Soldado Adriano ainda não votaram. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza,**

Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho e Ney Leprevost (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

Agora vamos votar novamente de forma agrupada os **Itens 8, 9, 10, 11 e 12.**

ITEM 8 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 786/2023, de autoria do Deputado Luis Raimundo Corti, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Voleibol de Pato Branco - Pato Vôlei, com sede no município de Pato Branco. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 798/2023, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Instituto Anjo Azul, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 812/2023, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari - AAPIM, com sede no município de Mandaguari. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 820/2023, de autoria do Deputado Adão Litro, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Tempo de Milagres, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 848/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (34 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (20 Deputados).]* Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação do Requerimento.)

REQUERIMENTO.

Requerimento n.º 2787/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei aprovados em 2.ª discussão na Sessão Ordinária antecipada do dia 14 de novembro para o dia 13 de novembro de 2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Presidente, por favor, constar meu voto lá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Vai constar em Ata aqui, Fadel.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras Sessões para segunda-feira, dia 20 de novembro de 2023, sendo uma **Ordinária**, no horário regimental, e outra **Extraordinária**, na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária** - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 264/2022, 436/2023, 438/2023, 642/2023 e 702/2023, 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 10/2019, 271/2023, 786/2023, 798/2023, 812/2023, 820/2023 e 848/2023 e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 436/2021, 354/2023, 485/2023, 709/2023, 822/2023 e 928/2023; **Sessão Extraordinária** - 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 822/2023 e 928/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h09, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)